

Degradação Das Universidades Argentinas no Regime de Perón

Restaurada Pelo Atual Governo a Dignidade do Ensino Superior

PERÓN FIZERA-SE «ARQUETIPO DO PROFESSOR»

QUANDO Perón subiu ao poder, em 1946, e continuou, com muito mais violência e intensidade, a obra que seu amigo Farrell tinha iniciado: a «limpeza» das escolas argentinas. Das escolas primárias e secundárias foram afastados dezenas de milhares de professores e professoras que não davam mostras de compreender e amar o peronismo. Tomamos algumas notas sobre o que se passou no terreno universitário. Quando Perón assumiu, a Argentina tinha seis universidades: as de Buenos Aires, La Plata, Tucumán, Cuyo, Córdoba e do Litoral (em Santa Fé). A atual Universidade do Norte possuía apenas duas escolas, e a do Sul, sediada em Bahía Blanca, constava apenas de um instituto

tecnológico. Está claro que nem todo o corpo docente era de peronistas; e o discente muito menos... Em certa fase os «descamisados» foram claramente insuflados contra os estudantes: «Haga Patria: mate un estudiante!» foi um belo grito de guerra. Seria fácil naturalmente despedir pura e simplesmente os professores não peronistas, mas não foi isso o que fez. O que se fez foi convidar todos os professores universitários a participar de certas homenagens ou assinar certas declarações; os recalcitrantes ou renunciavam ou «eram renunciados»... Assim durante a época peronista a Argentina perdeu mais de 1.000 professores universitários, entre os quais alguns de renome internacional.

UM INQUÉRITO

Um exemplo típico da maneira de agir das autoridades encontramos nesta «encuesta» feita entre os professores da Faculdade de Direito e Ciências Sociais de Buenos Aires em 1952. As respostas ficaram guardadas, para lição da posteridade, em um folheto que tenho em mãos. Todos os professores foram obrigados a responder às seguintes perguntas:

«Qual é, no seu entender, a missão da Faculdade em relação ao movimento justicialista que orientam o exmo. senhor presidente da República general de Exército Don Juan Perón e sua digníssima esposa dona Eva Perón?»

Qual a tarefa específica que deve cumprir a cátedra, instituto ou organismo auxiliar a seu cargo com relação a esse movimento?

Quais os meios que julga mais adequados para isso?»

Para honra do magistério argentino, preciso dizer que muitos professores não deram nenhuma resposta e foram demitidos, ao passo que outros, mais práticos, já responderam com seus pedidos de demissão.

A esta altura, porém, de 1952, o justicialismo já havia demitido e nomeado muita gente, de forma que não faltam as respostas «bonitas». As vezes aqui e ali, ao longo desse folheto, a gente percebe uma certa simulação ou discrição da resposta; algum professor que busca se manter no lugar sem entretanto cair na bajulação, apenas se curvando às exigências do momento. A maioria, porém, é triste, monótona, de uma cansativa melancolia: o justicialismo é «uma doutrina filosófica essencialmente argentina»... a Faculdade «deve adaptar seu ensino aos princípios básicos que ele proclama», mesmo porque «já se foi o tempo em que os ramos diretamente políticos do Poder — o Executivo e o Parlamento — faziam à Universidade a honra de assegurar-lhe isolamento, para não contaminá-la com o ar que os mesmos respiravam e exalavam»; hoje a Faculdade «serve à política, porque a política hoje se chama política nacional...»

O tom é este. Aquil um professor de Direito Aeronáutico acha que «a missão da Facul-

Rubem Braga

(Enviado especial do «Diário de Notícias»)

dade de Direito é dar forma jurídica concreta à doutrina justicialista»; ali um titular de Direito Civil cita uma frase de Perón segundo a qual é preciso dar à Universidade «uma ciência argentina».

Um professor adjunto de Direito Penal acha que «nossa mocidade tem o direito de conhecer em todos os seus detalhes esta nova concepção social». Um outro diz que o «movimento justicialista produziu uma renovação profunda no espiritual, econômico, social e político». Outro lembra que a própria Constituição (já reformada por Perón) dispõe que «nas universidades se esta belecerão cursos obrigatórios e comuns aos estudantes de todas as Faculdades para sua formação política».

Um professor de Direito Político começa dizendo: «minha notória militância justicialista me exime da necessidade de um panegírico justicialista, pela obra cumprida pelos dois altos protagonistas de nosso processo histórico»; mas, por causa das dúvidas, alinha vários períodos para exaltar a dita obra, dizendo a certa altura — «confesso que tenho a superstição da alta cultura» — para explicar que ela deve estar a serviço da Revolução Nacional. E preciso que o estudante «sinta a política como um destino...»

Um professor de Direito Romano fica um pouco embaraçado do que Antonino e Justiniano, com suas fundações «plac causas», seu «sum cuique tribuetur» e sua «aeguitas romana» já eram mais ou menos peronistas...

Um professor de Filosofia afirma que a revolução peronista «devolveu ao homem sua dignidade desconhecida» e um professor de Direito Industrial, citando Perón, diz que é urgente «passar da etapa primeira de assimiladores de cultura à de criadores de cultura». E assim vão-se repetindo pelo folheto a fora as respostas mais ou menos parecidas, um longo «amen, amen» que não interessa. Citaremos apenas o fervor com que

um professor de Direito Civil faça da transformação desta «sob o influxo da tónica justicialista» e aponta entre um dos princípios, sagrados da doutrina «a proibição do divórcio vincular». Isso era em 1952; o excelente professor não podia imaginar que três anos depois esse ponto da «doutrina» ia se modificar, quando Perón começasse a brigar com «los curas...»

CONGRESSO DE DOCENTES

Tenho em meu poder outro folheto oficial da época; é o que dá conta do primeiro Congresso de Docentes da Universidade Argentina, reunido em Buenos Aires em maio de 1952. Não vale a pena transcrever nada. Apenas me limitarei a explicar que nesse Congresso o general Perón recebeu o diploma de «Arquétipo do Professor universitário Argentino»; e a senhora Eva, colada, o de «Protetora Espiritual da Universidade Argentina...»

ABAIXO-ASSINADOS

Entre os abaixo-assinados mais interessantes está um em que todos os professores (menos os que se conformaram em ir para rua) pediam «espontaneamente» o título de doutor «Honoris Causa» de todas as Universidades argentinas para o general Perón. Curioso apontar entre as assinaturas as dos srs. Marcelo Soncho Sorondo, atual diretor de «Azul y Blanco»; a de Cerruto Costa, que foi ministro de Trabalho do governo Lonardi e a de Mário Amadeo, que foi ministro de Exterior do mesmo governo que sucedeu a Perón... Não é por acaso que o primeiro cuidado daquele «Governo Revolucionário» foi proclamar que não havia «vencidos nem vencedores...»

Os mesmos cavalheiros assinaram também um «Livro de Ouro» dedicado ao general Perón, «Cérebro e Propulsor da Nova Constituição Argentina», pedindo a reforma da Constituição que assegurasse a sua reeleição... Em 1952 foi feito o outro abaixo-assinado pedindo mais claramente a reeleição do general.

O QUE FEZ O ATUAL GOVERNO

É fácil imaginar que o atual governo tinha de fazer alguma coisa para restaurar as universidades argentinas em sua normalidade, depois dessa «farrá» justicialista. A primeira coisa que fez foi um decreto-lei declarando todos os professores em comissão. Foram nomeados interventores para todas as Universidades e abertos concursos para todas as cadeiras. Desses concursos não poderiam participar, entretanto, os candidatos que fossem impugnados «por motivo de indignidade política». Quem julgou dessa «indignidade» foram os Conselhos Superiores das Universidades, integrados pelos reitores-interventores e diretores de Faculdade nomeados por aqueles (a princípio) e depois diretamente pelo governo.

A maioria dos professores demasiadamente comprometidos com o peronismo não se apresentou a concurso. Alguns que se apresentaram foram impugnados; outros, menos comprometidos, apenas culpados de algum «abaixo-assinado» mais ou menos obrigatório, foram admitidos a concurso.

Note-se que a obrigatoriedade de concurso atingiu também os antigos professores que haviam renunciado ou sido demitidos sob o regime de Perón. Foi aberta exceção apenas para quatro grandes nomes: Bernardo Houssay, prêmio Nobel de fisiologia; Francisco Romero, filósofo de renome internacional; Alfredo Palacios, fundador da cátedra de Direito Social e Ricardo Rojas (que acaba de falecer), velho professor de Literatura. Palacios, Houssay e Rojas declinaram, entretanto, do direito de voltar às suas cátedras, alegando que era justo abrir vagas para gente mais nova; Francisco Romero voltou, mas fez questão de fazer concurso, como qualquer outro candidato.

Os concursos dão direito à cátedra somente por cinco anos; assim, passado esse tempo, haverá novos concursos, e então naturalmente já não haverá impugnações por motivo político.

Agora as Universidades voltarão à completa normalização, com a saída dos interventores e a eleição normal dos novos reitores e diretores de Faculdades. Recuperando sua soberania, essas Universidades voltarão ao seu destino normal, sem a inspiração do «Arquétipo» nem a ajuda da «Protetora Espiritual»...

373